

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1839062 - SC (2017/0239913-6)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS
S/C
ADVOGADOS : SNADRO SCHAUFFERT PORTELA GONÇALVES -
SP008903
TERESA RUBI FALCO - SP245931
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904
EUNICE IONE BRAGHIROLI E OUTRO(S) - SC026395
INTERES. : IVO PILATTI
INTERES. : TRANQUILO PILATTI
INTERES. : VALDIR JOSE PILATTI
INTERES. : CAMILO PILATTI

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MERA PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE ACOLHEU PARCIALMENTE O INCIDENTE DEFENSIVO. INSURGÊNCIA DO CREDOR. CORTE LOCAL ASSENTOU QUE A EXCEÇÃO NÃO DEBATE APENAS EVENTUAL EXCESSO DE EXECUÇÃO, MAS A NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO, EIS QUE REPRESENTADO EM EMENTA DE ACÓRDÃO REVESTIDO DE ERRO MATERIAL. FUNDAMENTO INATACADO, APTO A MANTER O ARESTO GUERREADO. SÚMULA 283/STF. ANALOGIA. EMENTA E FUNDAMENTAÇÃO DISCREPANTES. PREVALECIMENTO DESTA. ENTENDIMENTO DOMINANTE ACERCA DO TEMA.

I - "Não há violação à coisa julgada quando houver necessidade de correção de erro material ocorrido no decisum transitado em julgado no qual a ementa e as razões são discrepantes, devendo prevalecer, nessa hipótese, a fundamentação e o dispositivo do título executivo judicial, tendo em vista que estes são alcançados pela coisa julgada. Precedentes." (AgInt nos EDcl no AREsp 869.776/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 11/10/2016)

II. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator